

## **Agripina Carriço Vieira**

Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Comparatistas

### **Da História para a ficção: Percursos de escrita na representação da nação angolana**

Neste ensaio propomo-nos proceder à análise interpretativa das obras de José Luandino Vieira e José Eduardo Agualusa, no que à apreensão da construção da identidade diz respeito, incidindo em particular na sua relação com os ideários subjacentes à construção de mitos das origens da nacionalidade. Interessa-nos, pois, discutir o papel da produção literária na construção da identidade nacional angolana, tentando demonstrar que o estudo da ficção romanesca, enquanto espaço privilegiado da revelação pragmática dos sonhos do Homem, pode dar um contributo decisivo para a apreensão da representação identitária e da efectiva História da nação.

O estudo de um texto ficcional não pode ser confundido com o estudo de uma sociedade em si. Estamos sempre no domínio da representação literária de uma sociedade. Tal como observa Wolfgang Iser,

nas ficções literárias, transgridem-se mundos existentes que, embora não deixem de ser reconhecíveis individualmente, são colocados num contexto que os desfamiliariza. Assim, tanto a mentira como a literatura abarcam sempre dois mundos: a mentira incorpora a verdade e o propósito que dita que a verdade seja ocultada; as ficções literárias incorporam uma realidade identificável, submetida embora a uma remodelação imprevisível<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Wolfgang Iser, “A ficcionalização como dimensão antropológica”, in Helena Buescu, João Ferreira Duarte e Manuel Gusmão (eds.), *Floresta Encantada – Novos Caminhos da Literatura Comparada* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2001), p. 102.

Vários estudiosos têm procurado demonstrar<sup>2</sup> que a literatura surge como um complemento essencial da produção historiográfica, na medida em que aí encontramos “o excesso”, ou seja, tudo aquilo que é silenciado pelos discursos assertivos da História. Hayden White afirma que o romancista assim como o historiador têm um mesmo objectivo essencial, “both wish to provide a verbal image of ‘reality’”, concluindo que “history is no less a form of fiction than the novel is a form of historical representation”<sup>3</sup>. Segundo White, o que distingue os historiadores dos romancistas é o posicionamento político assumido pelos segundos e recusado pelos primeiros, que continuam presos a uma ilusão: “the illusion that a value-neutral description of the facts, prior to their interpretation or analysis, is possible”<sup>4</sup>. A literatura assume-se, neste ponto de vista, como o meio privilegiado de preenchimento dos espaços deixados em branco pelos discursos da História, banindo silêncios oportunos, dando voz a personagens anódinas ou marginalizadas, dando corpo aos acontecimentos esquecidos ou rejeitados pelos canais oficiais. Neste diálogo entre História e escrita literária da nação, as obras ficcionais apresentam-se como um espelho da História, o seu inverso, capaz por isso de dizer aquilo que a imagem original silencia, residindo aqui talvez a razão de, tantas vezes, estes textos serem motivo de incómodos e querelas geradores de controvérsia<sup>5</sup>. Sendo a entidade nação um dos modos primordiais de identificação colectiva da contemporaneidade, pretendemos perceber o modo como ela se manifesta nos textos em análise, procurando apreender a relação entre a literatura e o projecto identitário configurado em torno da entidade “nação”.

Na sua já canónica obra, Ricœur demonstrou que o tempo é uma componente decisiva da construção da narrativa, uma vez que “l’enjeu

---

<sup>2</sup> São particularmente representativos os trabalhos de De Certeau (1975), Barbéris (1991), Angenot (1992), White (1992), Vanoosthuyse (1996), Marinho (1999); Mignolo (2003).

<sup>3</sup> Hayden White, *Tropics of Discourse: essays in cultural criticism* (Baltimore: John Hopkins University Press, 1985), p. 122.

<sup>4</sup> *Idem*, p. 134.

<sup>5</sup> Recordamos, a título de exemplo, as polémicas leituras que Luís Kandjimbo faz de *Yaka*, considerando o romance de Pepetela um texto colonial (Kandjimbo, 1997), ou ainda a controvérsia em torno da publicação de *Nação Crioula* de Agualusa (Kandjimbo, s/d a).

ultime aussi bien de l'identité structurale de la fonction narrative que de l'exigence de vérité de toute œuvre narrative, c'est le caractère temporel de l'expérience humaine. Le monde déployé par toute œuvre narrative est toujours un monde temporel"<sup>6</sup>, desenhando-se na narrativa os traços da experiência temporal. Quer estejamos a considerar os vários planos temporais – o tempo da história e o tempo do discurso – sobre os quais se constrói o entrecho, quer consideremos a inscrição da narrativa num tempo/mundo histórico<sup>7</sup> que também dela faz parte, o carácter incontornável do tempo e a sua intrínseca ligação com a narratividade surgem como constatações consensuais na análise da produção romanesca.

António José Saraiva define os mitos históricos como sendo “uma formação de consciência fantasmagórica com que um povo define a sua posição e a sua vontade na história do mundo”<sup>8</sup>. Ora, a mitificação das origens de uma nação apresenta-se sempre como resultado de um propósito de enaltecimento da realidade que constitui os fundamentos da memória histórica e colectiva. Pedro Calafate observa que “os povos para se libertarem da primazia de outros que lhes estão mais próximos, tanto no espaço como no tempo, apelaram à maior dignidade dos tempos antigos com os quais estabeleceram relações de continuidade e mesmo de dependência fundadora”<sup>9</sup>. No caso das nações que nasceram de um processo de luta anticolonial, acresce a essa circunstância uma segunda não menos importante: a de a construção das identidades se fazer contra, ou antes, em confronto com a que o poder colonial configurava e pretendia impor.

Uma observação da produção romanesca angolana permite-nos constatar que o passado e a sua valorização constituem matrizes de

---

<sup>6</sup> Paul Ricoeur, *Temps et récit I* (Paris: Editions du Seuil, 1983), p. 17.

<sup>7</sup> Esta designação – tempo/mundo histórico –, tal como aqui a utilizamos, remete para o papel, desempenhado pela literatura, de resgate, apropriação e mitificação do passado da nação, que se assume como instrumento de construção e afirmação da nacionalidade, papel que se estende à generalidade das literaturas, e de modo mais premente às de países que sofreram ocupação territorial.

<sup>8</sup> António José Saraiva, “Os mitos portugueses”, *Jornal de Letras Artes e Ideias* (nº 2, 1981), p. 9.

<sup>9</sup> Pedro Calafate (ed.), *Portugal como Problema* (Público: Fundação Luso-Americana, 2000), p. 314.

significado a que os autores regressam e onde buscam incessantemente os motivos de efabulação. Maria Alzira Seixo, num interessante estudo sobre a questão temática em literatura, observa que

o tema é extraterritorial em literatura, isto é, pertence a um reservatório cultural e experiencial dos comportamentos e situações que as letras e a arte têm a capacidade de actualizar, por um lado, e, por outro lado, engendra ao mesmo tempo uma textualidade específica, através da máquina semântica que põe em movimento, lexematizando a sua virtualidade cultural no discurso praticado<sup>10</sup>.

Lembremos, a título de exemplo, que o primeiro movimento contestatário angolano, protagonizado pela elite crioula de finais do século XIX (tema central de *A Conjura*) elege como palavra de ordem “Vamos descobrir Angola”<sup>11</sup>, e que, no século seguinte, o movimento intelectual e político que se constituiu em torno da Casa dos Estudantes do Império<sup>12</sup> defende o retorno às origens como modo de identificação

---

<sup>10</sup> Maria Alzira Seixo, “A questão temática: o tema como problema em literatura”, in Helena Buescu, João Ferreira Duarte e Manuel Gusmão (eds.), *Floresta Encantada – Novos Caminhos da Literatura Comparada* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2001), pp. 83-100.

<sup>11</sup> A utilização do verbo “descobrir” é particularmente significativa uma vez que, remetendo para a necessidade epistemológica de (re)conhecimento da cultura de um território que aspira à condição de nação, fá-lo apropriando-se, de modo subversivo e de alguma forma perverso, de uma expressão de grande simbolismo, muito marcada ideologicamente. Com efeito, o termo “descobrir” remete de imediato para o tempo áureo da construção do império colonial, aquele que justamente estes intelectuais intentam derrubar.

<sup>12</sup> Luandino e Pepetela participaram no projecto, nomeadamente com a publicação de textos na revista *Mensagem* (Ferreira e Amarilis, 1996). Luandino apresentou pequenas narrativas e poemas já assinados com o pseudónimo literário que viria depois a adoptar definitivamente, ou, em casos mais raros, com a assinatura de José Graça (abreviando o seu nome de baptismo: José Vieira Mateus da Graça). A primeira participação de que encontrámos registo surge em 1958 no nº 3 do ano I e é o famoso poema “Canção para Luanda”, que apresenta algumas variações quando comparado com versões posteriormente publicadas, que não podemos, no âmbito deste trabalho, analisar, mas a que esperamos poder regressar num outro contexto de estudo. O último contributo surge em 1964, no nº 1 do ano XVI, com um conto. Por seu turno, Pepetela publica um único texto em 1962, no nº 2 do ano XIV da *Mensagem*, uma pequena história com o título “Velho João”, assinada por Artur

cultural dos angolanos<sup>13</sup>. Assim, o projecto de independência que mobilizara esses escritores desenvolve-se em torno do desejo da recuperação de tradições e de resgate do passado, contrariando o processo de desvalorização e apagamento do património cultural autóctone a que o poder colonial submeteu os dominados, política que se consubstanciava de modo pleno na criação da figura do assimilado.

Neste movimento parece caber aos escritores a tarefa de preencher os espaços deixados em branco pela herança colonial na história da nação<sup>14</sup>. A recuperação do património cultural dos dominados apresenta-se-nos como uma experiência de renovação, e surge como um passo essencial do caminho que conduz à libertação, numa dinâmica que sustenta os alicerces de uma literatura orientada pelo anseio de (re)conhecimento do próprio ser nacional, em consonância com o projecto de libertação. Assim, o resgate do passado, como forma de interpretação global ou parcial do país, é tido como um passo essencial na conquista identitária, e encontra em Fanon uma das vozes mais contundentes na defesa da redescoberta e da divulgação do passado autóctone. Para o escritor nascido na Martinica, “la plongée dans le gouffre du passé est condition et source de liberté”<sup>15</sup>. Também Luandino Vieira reconhece que a literatura angolana se caracteriza pelo apego às tradições, aos valores da angolanidade, e que essa circunstância, a que chama intervenção cívica, marca a literatura desde o século XIX até à actualidade. Nos novos escritores reconhece esse espírito cívico, que se revela no desejo de “[dar] testemunho de sua época. Das inquietações, dos desassossegos, das incertezas.”<sup>16</sup> É ainda Luandino quem estabelece de modo claro e

---

C. Pestana, num espaço da revista dedicado aos jovens autores sintomaticamente intitulado “Secção dos novos”.

<sup>13</sup> Esta questão foi amplamente estudada, existindo uma vasta bibliografia de referência de que destacamos José Carlos Venâncio, *Uma Perspectiva Etnológica da Literatura Angolana* (Lisboa: Ulmeiro, 1993) e Pires Laranjeira, *A Negritude Africana de Língua Portuguesa* (Porto: Edições Afrontamento, 1995).

<sup>14</sup> Esta é a opinião defendida por Rita Chaves em “O passado presente na literatura africana” (*Via Atlântica* 7, São Paulo: Lato Senso-Editora de Textos, 2004), pp. 147-161.

<sup>15</sup> Frantz Fanon, *Pour la révolution africaine* (Paris: François Maspero, 1964), p. 50.

<sup>16</sup> José Luandino Vieira, “A Literatura se alimenta de Literatura. Ninguém pode chegar a escritor se não foi um grande leitor” entrevista de Joelma dos Santos,

assumido o carácter político em que se fundam as suas obras literárias, explicando que

a raiz de tudo é o homem, e o fim do meu trabalho literário é, em última instância, chegar ao fundo que me seja possível. Já onde eu possa chegar com o trabalho literário, de perceber quem é o homem, não essa entidade abstrata, mas o homem angolano [...] porque o que está mais profundo em cada escritor angolano é essa tentativa de perceber quem somos, o que é isso de angolano. [...] E nesse sentido é que o meu trabalho literário é um trabalho político-literário<sup>17</sup>.

Para as sociedades que viveram a experiência traumática dos processos de colonização e descolonização, o regresso ao passado transforma-se em experiência de reinvenção identitária, num processo sustentado por dinâmicas antagónicas, que oscilam entre a negação de mitos e estereótipos legados pela literatura colonial<sup>18</sup> e a recuperação ou criação de símbolos, tempos e espaços míticos. As obras surgem como espaço privilegiado de busca identitária num processo de mitificação de um tempo genesiaco, que se alicerça sobre a tomada de consciência e apropriação de acontecimentos, personagens, espaços e tempos pretéritos ou actuais, com o objectivo de construir aquilo que Eduardo Lourenço designa como “memória mitificada”<sup>19</sup>, e que se articula com o conceito de “comunidade imaginada”, tal como Anderson o propõe para encarar a ideia de nação.

Neste processo, o papel preponderante do escritor (historiador ou romancista) na construção e organização da narrativa é uma questão reiteradamente discutida e sobre a qual parece recair um cada vez maior

---

*Investigações: Linguística e Teoria Literária* (Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 2008), pp. 279-290.

<sup>17</sup> José Luandino Vieira, “Entrevista”, entrevista de Maria Aparecida Santilli e Benjamin Abdala Junior (*Via Atlântica*, 1, São Paulo: Lato Senso – Editora de Textos, 1997), pp. 19-20.

<sup>18</sup> Sobre este assunto veja-se o interessante estudo de Lilyan Kesteloot *Les écrivains noirs de langue française: naissance d’une littérature* que, apesar de se centrar noutra objecto de estudo, tece argumentos válidos para a compreensão do colonialismo português em Angola (Kesteloot, 1977).

<sup>19</sup> Eduardo Lourenço, *A Nau de Ícaro, seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia* (Lisboa: Gradiva, 1999), p. 59.

consenso<sup>20</sup>. Georges Lefebvre refere, a esse propósito, que “l’histoire est bel et bien un choix”<sup>21</sup>, realçando deste modo o lugar que a memória e as opções do autor jogam na reconstituição dos factos que integram a vida de toda e qualquer sociedade. Também José Eduardo Franco chama a atenção para a presença do historiador na obra que escreve, para a manipulação que pode fazer da verdade histórica, dando origem a “uma espécie de história-parecer”, questões que segundo ele se manifestam de modo implícito no texto, podendo ser lidas:

nas entrelinhas, na forma como a narrativa é organizada e nas escolhas feitas em termos de etapas temporais e configurações geográficas, de acontecimentos, de factos, de figuras e das apreciações do historiador integradoras de todos esses elementos numa totalidade de sentido orientada ideologicamente para inculcar uma determinada visão do passado<sup>22</sup>.

Por seu turno, Eduardo Coutinho, a propósito da estreita relação entre discurso literário e identidade nacional, leva mais longe este raciocínio, defendendo que as literaturas são construções onde se joga a elaboração de uma nação. Chama a atenção para o facto de as nações serem

criadas em contextos específicos e ligados a interesses políticos de grupos determinados, e as literaturas nacionais [serem] construções elaboradas para

---

<sup>20</sup> Sobre esta questão ver Paul Ricœur, *Temps et récit III* (Paris: Editions du Seuil, 1985), Hayden White, *The Context of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation* (Baltimore: John Hopkins University Press, 1992) e Marc Angenot, “Que peut la littérature? Sociocritique littéraire et critique du discours social”, in Jacques Neef et Marie-Claire Ropars (eds.), *La Politique du texte. Enjeux sociocritiques* (Lille: Presses Universitaires de Lille, 1992), pp. 9-27.

<sup>21</sup> Georges Lefebvre, *La Naissance de l’historiographie moderne* (Paris: Flammarion, 1971), p. 19.

<sup>22</sup> José Eduardo Franco, “Mitos da construção da identidade nacional e emocional: uma perspectiva comparativa luso-polaca”, in Pedro Calafate, José Eduardo Franco e Beata Elzbieta Cieszyńska (orgs.), *Diálogo com a Lusofonia* (Warszawa: Instytut Studiów Iberyjskich e Iberoamerykańskich U W, 2008), p. 58.

respaldar a identidade de uma nação, conferindo-lhe um *status* cultural necessário para a sua projeção na arena das disputas internacionais<sup>23</sup>.

É, pois, o desejo de compreender, nas obras por nós seleccionadas, as escolhas de organização temporal das narrativas, de personagens e de acontecimentos que nos leva a empreender esta leitura, tentando demonstrar como essas decisões contribuem para a criação de uma imagem da identidade nacional angolana pelo viés da representação de mitos genesíacos da nacionalidade, em textos que nas páginas de ficção encontram um espaço de legitimação romanesca de um passado, ou de um presente, aí construindo um discurso mítico, aquele que funda a realidade dizendo-a ou, pelo contrário, desmistificante<sup>24</sup>. Por outro lado, cremos que uma leitura dessas narrativas permitirá destacar linhas constantes de pensamento, encontrar dominantes temáticas, que se constituem como os alicerces sobre os quais se constrói a imagem da nação, que cada um deles pretende dar. Se a escrita de Luandino, comprometida e empenhada ideologicamente, nos dá a observar uma nação em devir<sup>25</sup>, que busca a sua identidade na luta contra o colonizador, nos textos de Agualusa, reencontramos uma intencionalidade crítica no modo de retratar a sociedade, mas que parece estar subordinada à transmissão de uma mensagem transversal ao conjunto dos textos.

As obras destes autores foram escritas em momentos bem distintos, marcados por acontecimentos, ideologias e políticas assaz diversos, e retratam diferentes momentos da história da nação, questões estas que se encontram inscritas nos textos, condicionando quer a sua produção,

---

<sup>23</sup> Eduardo Coutinho, “Discurso literário e construção da identidade nacional: o caso brasileiro”, in Isabel Allegro de Magalhães *et alii* (eds.), *Literatura e Pluralidade Cultural – Actas do 3º congresso nacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada* (Lisboa: Edições Colibri, 2000), p. 517.

<sup>24</sup> Utilizamos esta noção na acepção de Eduardo Lourenço (alargando-a ao espaço cultural angolano), que define o discurso desmistificante como aquele “que no interior da nossa cultura não vive da exaltação e culto de um momento privilegiado da nossa existência histórica nele sublimada, mas de impugnação da mitologia épica”. Eduardo Lourenço, *A Morte de Colombo – Metamorfoses e Fim do Ocidente como Mito* (Lisboa: Gradiva, 2005), p. 35.

<sup>25</sup> Do ponto de vista político-internacional o país retratado nas suas obras ainda não existe formalmente porque ainda não se tornou independente do poder imperial.



quer a sua recepção, constituindo-se como presentificações de memórias de acontecimentos que, mais do que lembranças de tempos passados, são sobretudo modos de compreensão que o presente tem do passado. Neste contexto, as histórias assumem-se, não como o registo de acontecimentos, mas como um meio de compreender o modo como tem sido continuamente reconstruída a relação entre o passado e o presente e como os mitos com base no passado condicionam a representação do e no presente.

Luandino assume uma posição porventura singular no panorama literário de Angola, optando por centrar as suas narrativas num único tempo histórico. O carácter selectivo assume-se, nesse escritor, como um regresso insistente a um só e preciso período da história angolana, a luta de libertação nacional, narrando acontecimentos nos quais participou activa e comprometidamente, e que alteraram a configuração institucional e política de Angola. É deste modo que fala das suas opções temáticas:

Por isso é que digo que deve ser difícil eu um dia escrever sobre qualquer coisa dos anos 76. [...] Mas a partir do golpe<sup>26</sup>, é uma realidade sobre a qual eu actuo mas da qual eu já não faço parte, no sentido de viver as coisas. Certamente não serei escritor da fase de depois da independência<sup>27</sup>.

Deste modo desassombrado, Luandino enuncia claramente a temática dominante da sua obra: a guerra que conduziu à independência. É, pois, o período da guerra de libertação (que não devemos confundir com guerra colonial) que o autor retrata incessantemente ao longo de toda a sua obra, procurando retratar a existência dos desfavorecidos (negros, brancos ou mestiços), que contra o poder colonial se rebelaram. O facto de a sua escrita privilegiar esse período específico da História de Angola constitui-se como um contributo literário para a construção de

---

<sup>26</sup> Luandino refere-se ao golpe ocorrido em Maio de 1977 desencadeado por um grupo dissidente do MPLA de uma grande violência, que viveu na qualidade de alto responsável governamental.

<sup>27</sup> Luandino Vieira, “Encontros com Luandino Vieira em Luanda”, entrevistas de Michel Laban, Michel Laban *et alii* (eds.), *Luandino. José Luandino Vieira e a sua Obra (estudos, testemunhos, entrevistas)* (Lisboa: Edições 70, 1980), p. 76.

“uma comunidade imaginada”, na designação de Benedict Anderson, na medida em que o regresso obsessivo a esse tempo eleva-o à condição de período fundador da angolanidade, já que, como Lúcia Sá recorda, “na história oficial das ex-colônias a independência é sempre um momento de fundação, que marca o fim de uma velha ordem – a opressão – e o começo de uma nova – a liberdade.”<sup>28</sup>

Apesar de se centrarem num mesmo momento da história da nação, apresentando a narração dos esforços de luta contra o poder colonial e a favor da independência nacional, a obra deste autor apresenta uma subtil mas decisiva alteração de perspectiva, deslocando-se o olhar para outro espaço de batalha, que não o vasto e desfavorecido território dos musseques de Luanda, a floresta angolana, “nas matas do Kialelu, naquele capim seco.”<sup>29</sup>

A alteração que verificamos existir no espaço em que as narrativas evoluem não se estende ao tempo da história, havendo antes a fixação num único tempo, num retorno obsidiante aos momentos que antecederam a independência do país. Depois de três décadas de silêncio literário, Luandino regressa com a publicação de *O Livro dos Rios*, uma narrativa que retoma o relato da guerra de libertação. O leitor é conduzido pelas lembranças de Kene Vua, o jovem guerrilheiro que encontra “nas matas do Kialelu”<sup>30</sup> um espaço de protecção e de organização da luta contra o poder colonial. Este regresso incessante ao tempo da guerra de libertação deve ser lido, segundo julgamos, como o reflexo de um apego a um tempo, simultaneamente histórico e mítico, da nação angolana que é ainda o tempo das vivências intensas da infância e juventude do autor; é a esse tempo que Luandino regressa continuamente. Através do olhar e das memórias dos narradores vai-se esboçando um retrato preciso e emotivo desse período de lutas contra o poder colonial. As suas narrativas constituem-se, pois, como uma fonte importante para a representação desse momento essencial da angolanidade, dando um

---

<sup>28</sup> Lúcia Sá, “Anti-colonialismo na pós-colônia: Kaká Wera Jecupé ou a literatura indígena da megalópolis”, in Manuela Ribeiro Sanches (org.), *Portugal Não É um País Pequeno* (Lisboa: Cotovia, 2006), p. 249.

<sup>29</sup> Luandino Vieira, *De Rios Velhos e Guerreiros. O Livro dos Rios* (Lisboa: Caminho, 2006), pp. 16-17.

<sup>30</sup> *Idem*, p. 16.

contributo decisivo para a criação de uma imagem mítica do período de resistência contra o colonialismo, pondo em evidência a circunstância de que estamos perante construções literárias onde se joga a identidade da nação. Essa imagem mítica da nação angolana constitui-se e constrói-se a partir de interesses e/ou ideários políticos que atravessam a obra e que ora resgatam ora inventam parcelas de um passado. Com efeito, mais do que a reprodução exacta de acontecimentos efectivamente ocorridos, as obras de Luandino presentificam e actualizam um passado que, mesmo não tendo existido, podia ter existido. Relembremos o *explicit* do conto “Estória do ladrão e do papagaio”: “E isto é a verdade, mesmo que os casos nunca tenham passado.”<sup>31</sup>

Quer se circunscrevam ao espaço eminentemente híbrido dos musseques, quer se embrenhem no espaço amplo das matas e dos rios que envolvem o Cuanza, as narrativas luandinianas centram-se invariavelmente no período de luta e resistência que antecedeu a proclamação da independência de Angola. Esta fixação num único tempo histórico, que ao longo das narrativas se vai completando e enriquecendo, contribui de modo decisivo para a construção de uma imagem mitificada de um tempo que se assume como genesíaco para o narrador, na justa medida em que nele reside uma das origens da moderna nação angolana.

Tomando como objecto central de análise a sociedade angolana e mais especificamente a luandense, os romances de Agualusa revelam um ostensivo desejo de mitificação genesíaca, no sentido em que as narrativas espelham um claro intento de mitificar um período específico da história da nação: as últimas décadas do século XIX e primeiras do seguinte. Esses anos foram particularmente conturbados em Luanda, vivendo-se o primeiro grande movimento, na modernidade, de consciencialização política e conseqüente contestação da presença colonial.

Em *A Conjura* retratam-se os primeiros passos da luta, protagonizada pelos auto-designados filhos-da-terra, aqui retratados como os heróis da oposição ao colonialismo. Agualusa privilegia um registo testemunhal, dando conta da participação de alguns angolanos (de nascimento ou

---

<sup>31</sup> Luandino Vieira, *Luuanda* (Lisboa: Edições 70, 2000), p. 122.

de coração) na construção de um projecto de nação. Nesse romance a ficção romanesca articula-se e entrelaça-se com a verdade histórica, assumindo-se como estratégia de denúncia dos abusos do poder colonial e elogio da audácia e coragem de um punhado de homens (colonizados e colonos dissidentes da política colonial), os conjurados. Ao longo dos capítulos, vai tomando forma um discurso cujos sentidos se constroem numa tensão dialéctica entre a produção da verdade poética e a produção da verdade histórica, num jogo relacional onde se explicitam os percursos de construção narrativa engendrados pelo autor.

A importância que este autor dá ao referido período está ainda patente em *O Vendedor de Passados*, nomeadamente na actuação de Félix Ventura, um indivíduo que faz da construção/invenção de passados gloriosos, a quem do seu não se orgulha, um modo de vida e de sustento. A sua tarefa consiste em construir genealogias de luxo, acrescentar o passado de indivíduos “com o futuro assegurado”<sup>32</sup>, vendendo-lhes memórias felizes e antepassados notáveis. As ficções criadas por Félix situam-se sobretudo no século XIX (casos há em que Félix recua até à ocupação holandesa no século XVII), época à qual vai buscar as memórias de glória com as quais preenche o vazio existencial daqueles que procuram os seus serviços<sup>33</sup>. O romance apresenta uma visão mordaz e irónica da actualidade angolana, período conturbado marcado por divisões e instabilidade. Ao criar passados aureolados de falsas dignidades e de honrarias, Félix Ventura toca na própria essência do homem, que se vê envolvido num passado inventado mas que se vai tornando cada vez mais real e mais autêntico do que o verdadeiro. Este jogo entre verdade e mentira, que Félix gosta de descrever como “uma forma avançada de fazer literatura”<sup>34</sup>, porque não só cria enredos e

---

<sup>32</sup> José Eduardo Agualusa, *O Vendedor de Passados* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004), p. 29.

<sup>33</sup> A José Buchmann atribuiu-lhe um avô que se instalou na província da Huíla, tendo vindo a fundar em 1884 a vila da Chibia, enquanto ao ministro que também o procura cria-lhe uma linhagem condizente com o seu estatuto, apresentando-lhe o seu avô paterno, um indivíduo ilustre do século XIX e descendente directo de Salvador Correia e Sá, um herói do século XVII que expulsou os invasores holandeses (personagens que reencontramos na narrativa de Pepetela de 1997).

<sup>34</sup> *Op. cit.*, p. 91.

personagens mas também lhes dá vida efectiva, é de facto uma reflexão sobre o papel atribuído à ilusão, ao sonho e à fabulação na construção da identidade individual, apreendida igualmente numa dimensão mais abrangente: enquanto partícula integrante de uma identidade colectiva.

Da leitura conjunta da obra<sup>35</sup> deste autor ressalta um facto curioso. Prende-se com a circunstância de o autor silenciar na sua obra romanesca o período que antecedeu a independência e os anos que se lhe seguiram. Da profunda análise que faz da construção da nacionalidade angolana, os anos de luta de guerrilha e da implementação da democracia estão ausentes. O caso paradigmático de elisão ou, antes, de uma lateralização do período da guerra de libertação nacional é a *Estação das Chuvas*. Nesse texto, que se apresenta como a biografia romanceada da poetisa e historiadora Lídia do Carmo Ferreira (conhecida intelectual e militante da causa angolana e activista do movimento contestatário à ocupação portuguesa), as referências às lutas dos nacionalistas circunscrevem-se a escassas passagens<sup>36</sup>, sendo que grande parte da atenção do narrador, e logo da narração, recai sobre as recordações que Lídia guarda do avô, deslocando-se o olhar para o século XIX. [É no final desse século que Jacinto Carmo Ferreira, ilustre contestatário do colonialismo, conspirou contra o poder colonial, participando na conjura (tema central do seu primeiro romance) em resultado da qual morreu o seu filho, César Augusto do Carmo Ferreira, pai de Lídia. Desta breve apresentação do

---

<sup>35</sup> Uma leitura mais abrangente da obra de Agualusa permite-nos verificar que há dois modos bem diferentes de observar a sociedade, consoante o objecto de análise. O olhar mais complacente e admirativo que observa a sociedade luandense do século XIX é substituído por uma visão acutilante e crítica quando, noutros romances, se desloca para o século XX, para retratar o país pós-independência, paradigmaticamente presente no comentário Félix Ventura, personagem de *O Vendedor de Passados*: “Temos um governo de fantasia, um sistema judicial de fantasia. Temos, em resumo, um país de fantasia” (p. 186). Já encontrávamos o mesmo desencanto no romance de 1996, *Estação das Chuvas*, que encerra com um comentário de lapidar crueza: “Este país morreu!” (p. 279), depois de ter narrado os caminhos que levaram os angolanos da contestação ao colonialismo à independência nacional.

<sup>36</sup> A escassez de referências à luta dos nacionalistas é contrariada pelo paratexto, onde surge, em posição privilegiada, a dedicatória a um nome maior dessa luta: Mário Pinto de Andrade.

romance sobressai de imediato o facto de, mesmo quando a narrativa se reporta aos tempos que antecederam e se seguiram à independência (Lídia nasceu em 1928 e faleceu em 1992), o entrecho resvalar para um discurso rememorativo que nos leva a visitar ainda as últimas décadas do século XIX, época áurea da angolidade na escrita agualusiana.

A ausência, ou diluída presença, de um longo período da história da nação em obras que ficcionam a sua escrita suscita algumas considerações. Esta lateralização pode dar origem a múltiplas, diversas e antagónicas leituras que oscilam entre a ausência de interesse pela guerra de libertação – como se o autor não atribuísse a esse período importância suficiente para o narrar – e o desejo de enaltecer outros acontecimentos, nomeadamente os primeiros movimentos independentistas liderados pela elite crioula – atitude onde podemos adivinhar ideários sociais e políticos. Outra leitura pode ainda ser feita da ausência da luta armada no tecido efabulativo, que corresponderia antes à necessidade de esquecimento, segundo a problematização apresentada por Bhabha. Com efeito, podemos ler esta ausência à luz daquilo que Bhabha designa, citando Renan, como sintaxe do esquecimento, descrita como a vontade que preside à criação da nação e à unificação do tempo histórico, em que a vontade de se constituir uma nação se alia à necessidade de esquecimento de algumas circunstâncias ou acontecimentos que estiveram na origem da nação, nomeadamente a violência que presidiu à sua fundação. Assim, Bhabha afirma que:

c'est à travers cette syntaxe de l'oubli – être obligé d'oublier – que l'identification problématique d'un peuple national devient visible. (...) L'antériorité de la nation, signifiée dans la volonté d'oubli, modifie totalement notre compréhension de la passéité du passé et du présent synchronique de la volonté de nation<sup>37</sup>.

Este “esquecer-se de recordar”, retomando a expressão de Bhabha, no caso de Aqualusa, corresponde antes, segundo julgamos, ao desejo de desvalorizar uma época, de desmistificar esse momento histórico (retomando a expressão de Eduardo Lourenço) lapidarmente explicitado

---

<sup>37</sup> Homi K. Bhabha, *Les Lieux de la culture* (Paris: Éditions Payot & Rivages, 2007), pp. 252-253.

na fala do narrador de *O Vendedor de Passados* a propósito da redacção de um livro de memórias assinado pelo ministro, mas secretamente redigido por Ventura, a quem coube a tarefa de inventar um passado condigno com o cargo político que o seu cliente ocupa. Intitulado *A Verdadeira Vida de Um Combatente*, trata-se, no dizer do narrador, da “costura [d]a realidade com a ficção, habilmente, minuciosamente, de forma a respeitar datas e factos históricos”<sup>38</sup>, numa maior proporção da segunda sobre a primeira. A descrição da obra, marcada por um forte registo irónico e depreciativo, dá conta das sucessivas mentiras sobre as quais se alicerça a história da sua vida. Apesar de a existência do ministro nunca ter sido norteadada por qualquer preocupação patriótica, surge retratado como um combatente na clandestinidade, concluindo o narrador da importância basilar do livro de memórias do ministro para a construção da história de Angola porque “ganhará mais consistência, será mais História. O livro servirá de referência a futuras obras que tratem da luta de libertação nacional, dos anos conturbados que se seguiram à independência, do amplo movimento de democratização do país.”<sup>39</sup> O paradoxo da afirmação, segundo a qual a História será mais consistente depois dos contributos de uma narrativa repleta de inverdades, expressa, ou diremos antes, reitera a parca consideração que o narrador agualusiano nutre pelos relatos dos tempos enunciados (repare-se como na listagem de tempos históricos está ausente o período do primeiro movimento de contestação à presença colonial, tempo de predilecção da escrita de Agualusa). Por outro lado, estes comentários lançam fortes suspeitas sobre a veracidade das participações individuais na guerra de libertação sem no entanto questionar a autenticidade dos acontecimentos, chamando a atenção para o carácter grandemente inventado das narrativas de vida que se apresentam movidas “por grandes e graves princípios patrióticos.”<sup>40</sup> Acresce a estas considerações o facto de, no título do livro de memórias do ministro, ressoarem ecos intertextuais fortíssimos que nos trazem à memória a narrativa de outro combatente da autoria de Luandino, referimo-nos obviamente a *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*. As analogias são demasiado evidentes,

<sup>38</sup> *Op. cit.*, p. 163.

<sup>39</sup> *Idem*, p. 164.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 167.

desde os títulos aos entrecchos, para que não as tenhamos em conta nesta análise. A linhagem que por via desta citação se estabelece entre os dois romances surge em desfavor do texto de Luandino que deste modo entra no rol dos relatos citados sendo atingido por igual descrédito.

A mais recente obra de José Eduardo Agualusa, sintomaticamente intitulada *Teoria Geral do Esquecimento*, traz novas luzes sobre esta problemática. Ao contrário do silêncio a que tinham sido votados os anos imediatamente anteriores e subsequentes à proclamação da independência, e que apontei no meu trabalho, neste romance esse período é elevado ao tempo único da efabulação. No entanto, essa centralidade, configurada na narrativização do caos social vivido em Luanda nessas três décadas, é desmentida pela efabulação que se fecha com a apologia da necessidade de esquecer esses anos. É pela voz da protagonista que esse desafio é feito quando conclui resignada: “Talvez seja necessário esquecer. Devíamos praticar o esquecimento”, numa aporética intencionalidade de anulação do narrado.

A partir da leitura das obras do nosso *corpus* esboça-se não um retrato mas vários retratos que dão conta de várias Angolas, ou antes, de vários momentos do percurso da construção identitária. Há uma substancial diferença entre a imagem de Angola que emana dos textos de Luandino, que apenas e insistentemente narram as lutas e a guerra de libertação, ou pelo contrário aquela criada pelas narrativas de Agualusa, que privilegiam a intervenção da elite crioula na contestação do poder colonial. Nas escolhas efabulativas dos autores adivinham-se opções orientadas ideologicamente que determinam uma visão própria do passado, e originam uma construção particular da angolalidade. A identidade angolana apresenta-se, pois, como simbiose destas várias perspectivas identitárias, numa apreensão fragmentada, incompleta e plural de uma certa realidade, circunstância que nos reporta incessantemente à certeza da impossibilidade do conhecimento total e à redutibilidade do olhar unívoco.